
MAPAS A SERVIÇO DE UMA IDEOLOGIA: O CONTINENTE ANTÁRTICO RETRATADO EM LIVROS DIDÁTICOS CHILENOS

MAPS AT THE SERVICE OF AN IDEOLOGY: THE ANTARCTIC CONTINENT
PORTRAYED IN CHILEAN TEXTBOOKS

MAPAS A SERVICIO DE UNA IDEOLOGÍA: EL CONTINENTE ANTÁRTICO
RETRATADO EN LIBROS DIDÁCTICOS CHILENOS

Bruno Falararo de Mello¹

João Pedro Pezzato²

Christiane Fernanda da Costa³

RESUMO: A história da conquista do continente antártico é recente, datando do século XVIII. Quando de sua descoberta e sequente exploração, os países pioneiros tentaram se apossar da área, reivindicando, cada qual, a parte que achava lhes caber. Todavia, nunca houve uma ocupação efetiva, tendo em vista o clima extremo e hostil da Antártica. O Chile também despontou como uma nação reivindicante de uma área bastante significativa do continente, alegando contiguidade territorial e direitos outorgados ainda na era colonial. Para legitimar sua reivindicação, o país incorporou nos mapas do seu território a porção antártica que reclama, a despeito do Tratado da Antártica de 1959, cujo acordo é o uso para fins pacíficos e científicos somente, sem reclamações de posse. Tais mapas estão inseridos em quatro livros de uma coleção didática destinada ao 5º, 6º, 7º e 8º ano do equivalente ao nosso Ensino Fundamental II, escrita sob encomenda do Ministério da Educação do Chile no ano de 2016. Tendo ciência de que os mapas são portadores de uma carga política e trazem subjacente uma ideologia, ideologia esta a serviço de quem os encomenda, especula-se, neste artigo, a função que os mapas do território chileno com a porção antártica anexada ocupam nos livros didáticos aludidos, bem como se ajudam a embasar a ideologia territorial do país. Dessa forma, foram analisados os conteúdos desses livros e os mapas os ilustram. Após análise, concluiu-se que a intenção do Chile é reforçar a ideia de soberania sobre a porção antártica reivindicada.

Palavras-chave: Antártica. Mapas. Livros didáticos. Ideologia. Chile.

1 Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Rio Claro (SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7267-1020>. E-mail: bf.mello@unesp.br.

2 Professor do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Rio Claro (SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9523-0954>. E-mail: joao.pezzato@unesp.br.

3 Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e professora da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3579-7999>. E-mail: chrisferpedagoga@gmail.com.

ABSTRACT: The history of the conquest of the Antarctic continent is recent, dating from the eighteenth century. At the time of their discovery and exploration, the pioneer countries tried to take possession of the area, each claiming a part that seemed to belong them. However, there has never been an effective occupation, given the climate hostile. Chile also emerge as reivindicant nation of the significative area of the continent, claiming contiguous territorial and rights granted in the colonial era. To legitimize its claim, the country has incorporated in their maps a portion of antarctic territory, despite the Treaty of Antarctica of 1959, whose agreement is the use for peaceful and scientific purposes, without claims of possession. These maps are inserted in four books of a didactic collection destined to the 5th, 6th, 7th and 8th year of the equivalent of our Elementary Education II, written to order of the Ministry of Education of Chile in the year 2016. It is known that the maps have a political load and carry a ideology. In this article, it is speculated the function that the maps of the Chilean territory with an Antarctic portion attached occupy in the textbooks alluded, as well as it supports territorial ideology of the country. In this way, the contents of books and maps were analyzed. After analysis, it was concluded that Chile's intention is to reinforce the idea of sovereignty over the claimed Antarctic portion.

Keywords: Antarctic. Maps. Textbooks. Ideology. Chile.

RESUMEN: La historia de la conquista del continente antártico es reciente, datando del siglo XVIII. Cuando de su descubrimiento y explotación, los países pioneros intentaron apoderarse del área, reivindicando, cada cual, la parte que les pareció. Sin embargo, nunca hubo una ocupación efectiva, teniendo en vista el clima extremo y hostil de la Antártica. Chile también surgió como una nación reclamante de un área bastante significativa del continente, alegando contigüidad territorial y derechos otorgados en la era colonial. Para legitimar su reivindicación, el país incorporó en los mapas de su territorio la porción antártica que reclama, a pesar del Tratado de la Antártida de 1959, cuyo acuerdo es el uso para fines pacíficos y científicos solamente, sin quejas de posesión. Estos mapas se insertan en cuatro libros de una colección didáctica destinada al 5º, 6º, 7º y 8º año del equivalente a nuestra Enseñanza Fundamental II, escrita a pedido del Ministerio de Educación de Chile en el año 2016. Teniendo la ciencia de que los mapas son que portadores de una carga política y traen subyacente una ideología, ideología esta al servicio de quien los encomienda, se especula, en este artículo, la función que los mapas del territorio chileno con la porción antártica anexada ocupan en los libros didáticos aludidos, así como se ayudan a basar la ideología territorial del país. De esta forma, se analizaron los contenidos de esos libros y los mapas los ilustran. Después del análisis, se concluyó que la intención de Chile es reforzar la idea de soberanía sobre la porción antártica reivindicada.

Palabras clave: Antártica. Mapas. Libros didáticos. Ideología. Chile.

INTRODUÇÃO

A Antártica⁴ é um continente gelado que está localizado no extremo sul do planeta Terra. Foi a última e mais difícil fronteira desbravada pelo homem. Sua exploração foi um drama que se desenrolou em vários atos, com desfechos ora épicos, ora trágicos.

Trata-se de uma vasta extensão de terras nuas cujas dimensões são impressionantes: área de 12.272.800 km², excluindo as plataformas de gelo (13.829.430 km² se incluídas

as plataformas de gelo); 45.317 km de extensão da costa; elevação média de 1.958 m (incluindo as plataformas de gelo – é o continente mais alto do mundo); volume total de gelo da ordem de 25,4 milhões km³; proporção de água doce do planeta na forma de gelo antártico estimada em 70% (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL–UFRGS, 2013). É um continente de superlativos e contrastes.

Remonta à Antiguidade a ideia de um continente austral que serviria para dar equilíbrio à Terra. Esse continente hipotético foi chamado de *Terra Australis Incognita*, ou Terra Austral Desconhecida. Embora haja relatos de povos nativos da Patagônia e da Nova Zelândia sobre uma grande terra de gelo ao sul, a descoberta oficial da Antártica deu-se durante a viagem de circum-navegação do navegador britânico James Cook, entre os anos de 1768-1778 (FERREIRA, 2009, p. 25).

A história da exploração do continente antártico pode ser dividida em três períodos: I) Fase exploratória ou comercial, do final do século XVIII a meados do século XIX, que corresponde à descoberta do continente e à instalação da indústria baleeira nas ilhas subantárticas para a caça de mamíferos marinhos (o óleo de baleia era muito utilizado para iluminação, lubrificação e outras finalidades naquela época); II) Fase heroica, no final do século XIX e início do século XX, em que as principais nações do mundo colocaram a seu serviço exploradores com o intuito de chegar ao Polo Sul, o único lugar ainda não atingido pelo homem, a fim de reclamarem as terras desbravadas⁵; III) Fase científica ou moderna, pós-Segunda Guerra Mundial, quando o interesse das principais potências no continente antártico se volta para a pesquisa científica.

É nessa terceira fase do desenvolvimento histórico da Antártica que as nações se veem diante de um dilema: a quem pertence o continente gelado? A quem chegou primeiro? A quem o reclamar? A quem der início a uma ocupação permanente? São questões bastante complexas e que demandaram enorme esforço internacional para a chegada de pontos comuns.

Objetiva-se, neste artigo, analisar de que forma e por que razão o continente antártico é apresentado em livros didáticos chilenos nos anos equivalentes ao Ensino Fundamental II no Brasil como território pertencente ao Chile. Trata-se de uma coleção intitulada *Historia, Geografía y Ciencias Sociales*, produzida pelo *Departamento de Estudios Pedagógicos de Ediciones SM* sob a supervisão do Ministério da Educação do Chile, cujos autores são Cristian Fernández Leiva (História) e Georgina Giadrosic Reyes (Geografia). O material utilizado para a pesquisa são os livros chamados *Texto del estudiante*, referentes ao 5º, 6º, 7º e 8º ano (LEIVA; REYES, 2016), com especial ênfase no livro didático do 6º ano, em que a temática antártica é mais bem salientada. A referida coleção foi lançada em 2017.

Subsidiariamente, recorreu-se ao *Guia didáctica del docente* relativo ao livro do 6º ano, em que há um texto complementar que esclarece ao docente a natureza do território antártico chileno.

Apenas a título informativo, no Chile as disciplinas de Geografia e História no equivalente ao Ensino Fundamental II brasileiro são aglutinadas; por essa razão, os livros têm os conteúdos em conjunto.

No tocante ao método, escolheu-se a análise de tais obras com base em bibliografia concernente à história e ocupação do continente antártico e observando-se os indícios de ideologia contidos nos livros didáticos e mapas avaliados.

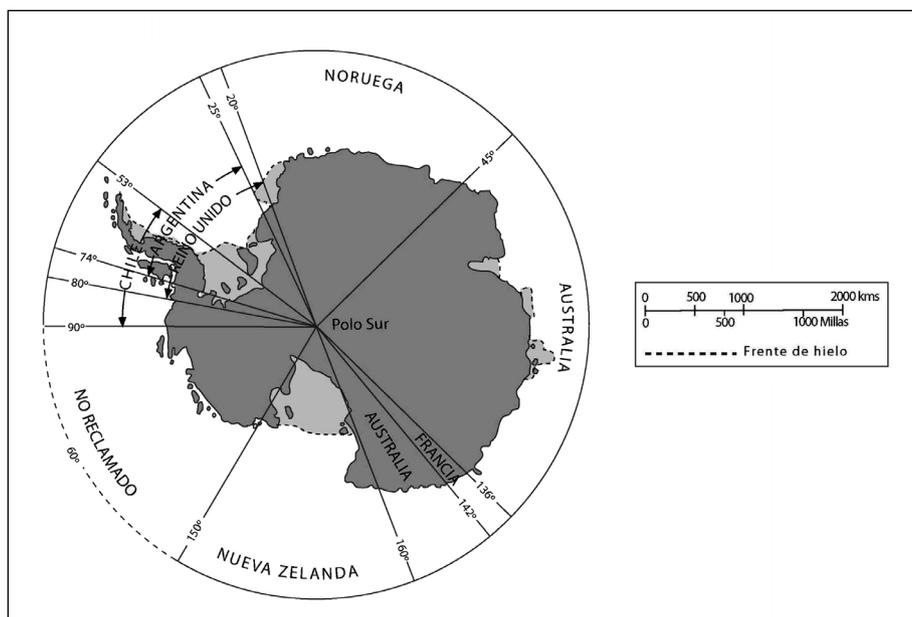
REIVINDICAÇÕES DE SOBERANIA NA ANTÁRTICA

O continente antártico, como é amplamente sabido, não pertence formalmente a nenhum Estado soberano do globo, conforme dispõe o Tratado da Antártica. O tratado foi inicialmente celebrado em Washington D.C., Estados Unidos, a 1º de dezembro de 1959, com a participação inicial de África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Irlanda do Norte, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e, à época, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O Brasil tornou-se signatário do tratado a 11 de julho de 1975, por força do Decreto Federal nº 75.963.

Embora reivindicações de ordem territorial feitas antes do tratado de 1959 sejam aceitas e consideradas válidas pelos membros consorciados, qualquer partilha ou posse efetiva do continente gelado não é reconhecida internacionalmente. Igualmente, após a vigência do tratado, nenhuma nação pode mais reclamar direito de soberania ou ampliar uma reivindicação feita anteriormente.

De acordo com Ferreira (2009, p. 27), entre 1908 e 1940 sete países reivindicaram, unilateralmente, soberania sobre a Antártica: Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Reino Unido e Nova Zelândia. Os critérios que os motivaram são diversos, indo do pioneirismo da descoberta de terras até uma pretensa herança colonial.

Argentina e Chile utilizam os mesmos argumentos para fundamentar sua reivindicação sobre partes do continente antártico. Ambos os países partem de duas alegações fundamentais, a saber: a) porque foram colônias da Espanha, invocam direitos outorgados pelo Tratado de Tordesilhas e demais atos coloniais sobre os territórios austrais, mesmo que, à época, ninguém houvesse chegado à Antártica; b) sustentam que a Península Antártica é uma continuação da Cordilheira dos Andes, sendo, portanto, geológica e geograficamente uma parte da América do Sul, o que naturalmente lhes daria direito de posse por meio da contiguidade territorial (SILVA, 2013, p. 15).



Fonte: <http://contactosilvestre.blogspot.com.br/2010/03/islas-georgias-del-sur-museo-de.html>. Acesso em 4 ago. 2021.

Figura 1. Reivindicações territoriais na Antártica.

Todos os países que possuem reivindicação sobre a Antártica reconhecem entre si as respectivas reivindicações, com exceção de Argentina e Chile, que não as reconhecem; eles desprezam as demais reivindicações e apenas reconhecem mutuamente o seu direito à área, mas não entram em acordo sobre os limites que cada qual teria direito. Como ilustra a Figura 1, as reivindicações territoriais dos litigantes se sobrepõem.

Em função da hostilidade e extremo rigor do clima antártico, a fixação humana permanente em quaisquer partes do continente jamais foi possível, a não ser em missões científicas com poucas pessoas, e por tempo determinado. Dessa forma, as reivindicações de soberania de todas as nações reclamantes, incluindo o Chile, nunca foram totalmente eficazes do ponto de vista jurídico: a ocupação permanente do território é quase *conditio sine qua non* para tal. De acordo com Ferreira,

A ocupação é considerada hoje pela maioria dos juristas como único título válido de soberania, admitindo excepcionalmente outros critérios, como a descoberta, somente como títulos incoativos⁶ (2009, p. 30).

PODE-SE DIZER QUE OS MAPAS SÃO CARREGADOS DE IDEOLOGIA?

Os mapas, mais do que objetos que servem à localização de fenômenos espaciais em um plano, são imagens carregadas de um juízo de valor. Toda representação cartográfica traz em seu cerne um apelo a alguma forma de ver e relacionar o mundo.

Para Harley (2009), quando um elemento é situado ou denominado sobre um mapa, é-lhe atribuída uma carga política. A cartografia, assim, pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder.

É importante destacar que os mapas tiveram papel fundamental na promoção da política colonial europeia. Os territórios foram reivindicados no papel antes de serem efetivamente ocupados pelas potências reclamantes. Pode-se dizer que os mapas, de certa forma, anteciparam os impérios e legitimaram seu discurso expansionista.

A história dos mapas está também muito ligada à ascensão do Estado-nação. Os Estados nacionais europeus, formados a partir do século XVI, tinham particular interesse em catalogar todas as dimensões possíveis de seu território, como fronteiras, cursos d'água, acidentes do relevo etc. Os cartógrafos, ou seja, os homens encarregados de desenhar os mapas, gozavam de elevado *status*, já que detinham os segredos da arte cartográfica, cujo monopólio era mantido a mão de ferro pelos Estados.

Há uma ideia geralmente aceita de que os mapas produzem uma imagem científica e isenta da realidade. Todavia, tal assertiva não corresponde exatamente à verdade. Os mapas, ao longo da História, tiveram (e ainda têm) distorções intencionais de conteúdo para fins políticos. O trabalho do cartógrafo nunca foi um artista isento, independente e ingênuo. Por trás dele, escondem-se motivações de ordem política e de relações de poder. Como exemplo, podem ser citadas as manipulações em escalas ou o uso de cores fortes que são feitas propositalmente (HARLEY, 2009, p. 9-10).

Outrossim, frequentemente há manipulações de conteúdo em mapas que aparentam ser isentos. Supressões ou acréscimos de informações não devem ser encaradas, segundo Harley (2009), como erro técnico, incompetência ou imperativos de ordem e tamanho, mas sim como ações minuciosamente calculadas para imprimir ao mapa a ideologia que querem ver nele embutida.

A ANTÁRTICA REPRESENTADA NOS LIVROS DIDÁTICOS CHILENOS

Os mapas inseridos nos quatro volumes da coleção *Historia, Geografía y Ciencias Sociales* do Chile apresentam uma porção do território antártico como lhe pertencente, mesmo que, para fins do direito internacional, não o seja. Essa porção está localizada entre 60° e 90° de latitude sul e entre 53° e 90° de longitude oeste.

Então, tendo ciência do fato de que a Antártica não pertence formalmente a nenhum Estado nacional, por qual(is) razão(ões) o Chile, signatário do Tratado da Antártica desde 1° de dezembro de 1959, considera e sustenta que uma parte significativa do continente antártico, destacada na Figura 1, pertence-lhe?

Sobre essa questão, o livro *Guia didáctica del docente* para o 6° ano, material complementar destinado ao uso do docente, esclarece:

En la Antártica, Chile afirma la posesión de derechos soberanos sobre un territorio que se ubica entre los 60° y los 90° latitud sur y entre los 53° y 90° longitud oeste. En este territorio Chile respeta el Tratado Antártico de 1959, en que se estableció que el territorio antártico podía ser utilizado solo con fines científicos y pacíficos (CARMONA; COLOMBO, 2016, p. 64).⁷

Há de se notar o fato de que os conteúdos escritos e os mapas apresentando o território chileno nos referidos livros não dizem que o país somente pleiteia um pedaço da Antártica; os conteúdos e os mapas que os fundamentam afirmam que uma porção da Antártica é parte integrante do seu território, indubitavelmente, pois que os mapas já se apresentam eivados de forte carga política implícita.

Diferentemente dos países pioneiros na exploração antártica, que utilizam como critério a descoberta, o Chile utiliza argumentações que podem, hoje, soar anacrônicas ou extravagantes: outorga de porções de terras austrais amparado pelo Tratado de Tordesilhas (é possível que um controverso tratado assinado por Portugal e Espanha no ano de 1494 possa encontrar espaço e, mais ainda, valor legal, no século XXI? Difícil, senão impossível, de sustentar perante a comunidade internacional); proximidade com a Península Antártica (solenemente ignorando a distância de quase mil e duzentos quilômetros e um enorme braço de oceano que os separam); afinidade geológica, sendo a Antártica Ocidental uma continuidade natural da Cordilheira dos Andes (por analogia, os chilenos poderiam reivindicar também toda a porção setentrional da América do Sul).

Tais argumentações não encontram respaldo no Tratado da Antártica nem no direito internacional. Portanto, são válidas tão somente no contexto político do Chile. Mesmo assim, os mapas do território chileno inseridos nos livros didáticos aludidos não só destacam vastas porções antárticas como posses do país como também reafirmam sua soberania sobre a área.

Aventa-se que as razões pelas quais o governo chileno o faz é para incutir na cabeça dos jovens em formação que uma parte da Antártica lhes pertence. Pode parecer óbvio dizer, pois isso está explícito nos mapas da coleção. Todavia, é preciso que tal ideologia (ideologia porque se trata de uma convicção política unilateral) seja de mais a mais propagada e reforçada, a fim de que os futuros cidadãos chilenos acreditem piamente que uma grande área da Antártica é de sua soberania. Não se pode esquecer que no Chile os materiais didáticos são diretamente chancelados pelo Ministério da Educação, que tem o controle dos conteúdos veiculados. O poder estatal define o que será ensinado e a forma como tal se dará.

Nas imagens a seguir, fica notória a forma como o território antártico é mostrado aos jovens estudantes:



Fonte: Leiva e Reyes 6º básico, 2016, p. 64.

Figura 2. Apresentação do território chileno atual em livro do 6º ano.



Fonte: Leiva e Reyes, 6º básico, 2016, p. 66.

Figura 3. Território chileno no século XIX.

A Figura 2 ilustra, com bastante clareza, o papel ideológico dos mapas voltados à educação escolar. Nota-se que não apenas as partes continentais como também as áreas marítimas antárticas figuram no território chileno. A extensão é vasta: vai desde a Península Antártica até o Polo Sul, abrangendo uma área de cerca de 1.250.257,6 km². Para se ter uma ideia do quão grande é a área reclamada, basta saber que a área do Chile continental é calculada em 756.096 km², de acordo (ambos os dados) com o *Texto del estudiante* do 6º ano (LEIVA; REYES, 2016, p. 158).

Conforme se vê na Figura 3, no ano século XIX os mapas territoriais chilenos já exibiam uma parte do continente antártico, bem como da agora Patagônia argentina. Não se pode dizer se se trata de uma representação daquela época, ou seja, se no século XIX o Chile considerava a uma vasta porção da Antártica como sua, ou se é um mapa atual que tem apenas fins propagandísticos, afirmando que desde sempre o país teve a pretensão de posse da área.

A Figura 4 constitui-se de um trecho extraído do livro didático para o 6º ano, cujo teor enfatiza a posse chilena da porção antártica reclamada. Na imagem, indiscutivelmente, o discurso oficial do governo não deixa dúvidas de que não somente a parte destacada no mapa é pertencente ao Chile como também que há um esforço para que seja mantida povoada e com condições de vida as mais próximas possíveis das da população comum do país – há até mesmo uma escola em funcionamento. O esforço para a manutenção da ideologia expansionista na Antártica é grande.

Estudio de caso

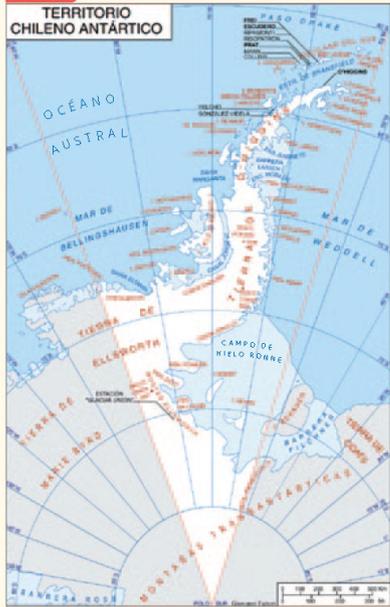
La Antártica chilena, la comuna más grande de Chile

Más de la mitad de la superficie del territorio chileno corresponde a la comuna Antártica, dependiente de la provincia Antártica ubicada en la Región XII de Magallanes y la Antártica Chilena. La comuna Antártica tiene una superficie de 1250257,6 km² y el resto de la superficie del territorio chileno tiene 756096 km².

Esta comuna tiene un total de 130 habitantes que residen en el territorio antártico entre seis meses y dos años y que, en su mayoría, cumplen funciones científicas y militares. La comuna Antártica es la única comuna de Chile que no tiene una municipalidad propia y está administrada por la municipalidad de la comuna de Cabo de Hornos.

Su único poblado civil es Villa las Estrellas, ubicada en la isla Rey Jorge, donde viven unos 80 habitantes. Entre ellos, hay niños y niñas que reciben educación en la Escuela F-50 "Villa Las Estrellas", atendida por dos profesores que imparten clases de primero a octavo básico y que en el año 2015 contaba con 6 estudiantes.

Doc. 1



Archivo editorial.

O mapa, intitulado 'TERRITORIO CHILENO ANTÁRTICO', mostra a extensão territorial chilena na Antártica. O território é delimitado por linhas azuis e rotulado em português. Inclui o 'OCEANO AUSTRAL', o 'MAR DE BELLINGSHAUSEN', o 'MAR DE WEDDELL', a 'PENINSULA ANTÁRTICA', a 'TIERRA DE ELLSWORTH', a 'TIERRA DE MURDOCH', a 'TIERRA DE BRANCKEN ROSS', o 'CAMPO DE HIELO ROSS' e o 'CANAL DE NÚÑEZ CORONADO'. O mapa também indica a 'ESTACION POLAR CHILENA' e o 'PASEO DE LOS HEROES'. A escala é de 1:100.000.000.

Fonte: Leiva e Reyes, 6º básico, 2016, p. 158.

Figura 4. Apresentação da Antártica chilena.

Não se pode esquecer que a Antártica é uma terra praticamente intocada. Certamente deve haver grandes jazidas minerais ainda a explorar, sem contar a imensa quantidade de água doce conservada sob a forma de geleiras. Vê-se, portanto, que a nação que tiver,

um dia, a posse efetiva da área será amplamente favorecida no contexto geopolítico internacional e terá grande prestígio e poder de barganha. Não à toa o Chile e outros países reclamam seu quinhão antártico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mapas podem ser poderosas armas a serviço de uma ideologia. Embora sob o manto da cientificidade, eles não estão isentos de carga política nem de juízo de valor, muito ao contrário. Neste artigo, buscou-se demonstrar como mapas em livros didáticos chilenos podem estar, sim, a serviço de uma ideologia de Estado.

No caso analisado, constatou-se, por meio dos mapas oficiais, que o Estado do Chile considera ser de sua posse uma vasta porção da Antártica. Para efeitos de política externa, mantém sua posição de reivindicante do continente gelado, assumindo postura de consonância com o Tratado da Antártica de 1959.

No plano interno, entretanto, a postura é diferente. Isso é evidenciado nos livros didáticos produzidos sob a chancela do Ministério da Educação. Em todos os mapas do território nacional, nos quatro livros da série – 5º, 6º, 7º e 8º ano, a Antártica é retratada como parte do Chile. Fica claro, pois, que a intenção dos autores dos livros e a intenção oficial do governo é mostrar ao educando que a soberania chilena se estende a ultramar, a despeito do tratado internacional outrora celebrado.

A razão exata de porque o faz está ainda a ser esclarecida. Os indícios apontam que o Chile considera a hipótese de um dia a Antártica ser finalmente repartida e entregue à soberania das nações reivindicantes. Dessa forma, o país já resguarda para si os direitos de posse do território que alega lhe pertencer.

A título de esclarecimento, os autores deste artigo não lançam qualquer juízo de valor sobre as pretensões chilenas ou de outros países na Antártica. Constatamos que há uma clara intenção do país em garantir sua soberania sobre a área; o julgamento da plausibilidade ou legalidade de tal demanda cabe às instâncias internacionais.

NOTAS

4 Optamos por tal grafia neste trabalho em vez de Antártida, por considerá-la mais fiel à raiz grega da palavra, *arktikós* [ἀρκτικός], uma referência antiga à constelação da Ursa Maior, visível no hemisfério setentrional, que aponta em direção ao Polo Norte, ou seja, ao Ártico. Acrescentando o prefixo grego *anti*, cujo significado é oposto, temos a palavra *antiarktikós*, ou seja, o que é oposto ao Ártico – a Antártica.

5 Podem ser citados os exploradores britânicos Ernest Shackleton e Robert Scott, bem como o norueguês Roald Amundsen, o primeiro homem a atingir o Polo Sul e a reclamar o continente a seu rei.

6 Títulos incoativos (*inchoate titles*) são títulos jurídicos imperfeitos, válidos temporariamente até a efetiva ocupação e exercício de soberania sobre um território – o problema é a definição de quanto tempo é “temporariamente” (idem, p. 30).

7 Na Antártica, o Chile afirma a posse de direitos soberanos sobre um território que se localiza entre 60º e 90º de latitude sul e entre 53º e 90º de longitude oeste. Naquele território o Chile respeita o Tratado da Antártica de 1959, em que ficou estabelecido que o território antártico só pode ser usado para fins científicos e pacíficos (N.A.).

REFERÊNCIAS

- CARMONA, D. J. L.; COLOMBO, J. T. T. **Guía didáctica del docente de historia, geografía y ciencias sociales 6° básico**. Chile: Ministerio de Educación de Chile, 2016.
- FERREIRA, F. R. G. **O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins** [Online], n. 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>. Acesso em: 09 mar. 2018.
- LEIVA, C. F.; REYES G. G. **Texto del estudiante de historia, geografía y ciencias sociales, 5° básico**. Chile: Ministerio de Educación de Chile, 2016.
- LEIVA, C. F.; REYES G. G. **Texto del estudiante de historia, geografía y ciencias sociales, 6° básico**. Chile: Ministerio de Educación de Chile, 2016.
- LEIVA, C. F.; REYES G. G. **Texto del estudiante de historia, geografía y ciencias sociales, 7° básico**. Chile: Ministerio de Educación de Chile, 2016.
- LEIVA, C. F.; REYES G. G. **Texto del estudiante de historia, geografía y ciencias sociales, 8° básico**. Chile: Ministerio de Educación de Chile, 2016.
- SILVA, F. R. da. **O sistema do tratado da Antártica e o Brasil**. 2013. 97 f. Monografia – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL–UFRGS. Instituto de Geociências. **Centro polar e climático–CPC**. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/incteriosfera/arquivos/FactSheetAntarticaBrasil.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.